



Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Ajuda externa e redução da pobreza: Dinâmicas internas, impactos reais e percebidos.
Estudo de caso do Distrito de Machaze, Província de Manica

Nome: Ana Maria Machaieie

Supervisor: Dra. Sandra Manuel

Maputo, Novembro de 2012

Ajuda externa e redução da pobreza: Dinâmicas internas, impactos reais e percebidos.
Estudo de caso do Distrito de Machaze, Província de Manica

Projecto de pesquisa apresentado em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para
obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane

Autora: Ana Maria Machaieie

Supervisor

Presidente

Oponente

Maputo, Novembro de 2012

I. AGRADECIMENTOS.....	5
II. ABREVIATURAS.....	6
III. RESUMO	7
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	12
3. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	14
4. REVISÃO DA LITERATURA	16
5. METODOLOGIA	21
6. PERCEPÇÕES SOBRE IMPLEMENTAÇÃO E IMPACTOS DE PROJECTOS EM MACHAZE.....	23
6.1 Características de Machaze	23
6.2. Processos de implementação de projectos de ajuda em Machaze	26
6.3 Definição de prioridades e selecção de beneficiários dos projectos.....	29
7. IMPACTO DAS INTERVENÇÕES SOBRE OS BENEFICIÁRIOS	34
7.1 Percepção do impacto pelas comunidades.....	34
7.2 Percepção do impacto por parte das organizações implementadoras.....	34
7.3 Impacto percebido em relação às expectativas das comunidades	35
8. CONCLUSÕES.....	38
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

Declaração

Declaro que este relatório de pesquisa é original. Que o mesmo é fruto da minha investigação, estando indicadas ao longo do trabalho e nas referências as fontes de informação por mim utilizadas para a sua elaboração. Declaro ainda que o presente trabalho nunca foi apresentado anteriormente na íntegra ou parcialmente para a obtenção de qualquer grau académico.

Ana Maria Estêvão Machaieie

Maputo, ____ _

I. Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus que me deu forças, energias e ao meu filho que sempre serviu de fonte de inspiração para a concretização dos meus sonhos.

Em segundo lugar, aos meus supervisores, muito especialmente ao Dr. Emídio Gune, por ter me ter "iluminado", desde a ideia inicial dando o apoio crucial no início deste trabalho. À Dra. Sandra Manuel, que apesar de distante, pôde sempre dedicar algum tempo para a discussão das versões que lhe enviava periodicamente, e incentivar-me para dar continuidade ao projecto.

À Sra. Betty Mutata, que prestou grande apoio durante a fase de recolha de dados no terreno, e muito me serviu como tradutora durante as entrevistas realizadas. Graças aos seus contactos pude também ter facilmente acesso às estruturas locais formais e informais.

À minha família, muito em particular às minhas irmãs, que sempre incentivaram a continuação deste trabalho há muito estagnado.

Os meus agradecimentos estendem-se ainda a todos os que, directa ou indirectamente, contribuíram positivamente para a concretização deste trabalho. Aos gestores de projecto no terreno, bem como aos que abriram tempo para dar-me informação no meio de tantos afazeres nos seus escritórios. Aos enfermeiros e professores, e aos cidadãos anónimos que pararam, por algumas horas os seus afazeres, para participarem nas discussões realizadas.

A todos o meu muito OBRIGADO.

II. Abreviaturas

COV	Crianças órfãs e Vulneráveis
ONG	Organizações não governamentais
PARPA	Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta
RAP	Relatório Anual da Pobreza
PPI	Plano Prospectivo Indicativo
PRE	Programa de Reabilitação Económica
PRES	Programa de Reabilitação Económica
FMI	Fundo Monetário Internacional
BM	Banco Mundial
INE	Instituto Nacional de Estatística
PIB	Produto Interno Bruto
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
GdM	Governo de Moçambique
SNP	Sistema Nacional de Planificação
CDL	Comité de Desenvolvimento Local
PAL	Perfil de Agricultura Local

III. RESUMO

Com a adesão às instituições de Breton Hoods na década de 80, Moçambique passou a beneficiar de apoios internacionais com vista a tirar o país do subdesenvolvimento e eliminar a pobreza no país. Tais apoios prevalecem e em maior intensidade. Contudo, Moçambique figura entre os países menos desenvolvidos com cerca de 54% da população a viver abaixo da linha da pobreza. O presente trabalho analisa factores que favorecem esta situação, explorando 3 hipóteses: (a) a inadequação das intervenções de desenvolvimento; (b) a externalidade dos especialistas que desenham os programas de desenvolvimento; e (c) a imposição de modelos de desenvolvimento externos.

Para a realização deste trabalho procedeu-se à revisão de políticas e documentos de monitoria da pobreza em Moçambique, discussões teóricas sobre o desenvolvimento, e documentos de projectos implementados no país. Trazendo à discussão duas perspectivas teóricas sobre o desenvolvimento - nomeadamente a teoria do pós desenvolvimento e a teoria do desenvolvimento alternativo-, e recorrendo ao uso de metodologia qualitativa, o estudo analisa as dinâmicas da implementação de projectos que visam a melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas, através da análise de projectos implementados no distrito de Machaze.

Os resultados do estudo permitem concluir que, embora haja um esforço das organizações governamentais e não-governamentais para contribuírem para a erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas, existem factores e dinâmicas internas que condicionam este processo, fazendo com que os resultados pretendidos não sejam alcançados na totalidade.

Palavras chave: Pobreza, Ajuda externa, Desenvolvimento, lideranças comunitárias.

1. Introdução

O presente trabalho constitui um projecto de pesquisa realizado como requisito parcial para obtenção do grau de licenciatura em Antropologia, na Universidade Eduardo Mondlane. O trabalho analisa processos e impactos de intervenções de ajuda externa, no âmbito da redução da pobreza em Moçambique.

O objectivo geral do trabalho é analisar a implementação de intervenções de apoio ao combate à pobreza por instituições não-governamentais em Moçambique, olhando especificamente para os processos de estabelecimento dos programas, os impactos pretendidos, e os impactos alcançados na vida das populações beneficiadas, bem como descrever as dinâmicas que ocorrem no processo da implementação desses programas.

De acordo com os indicadores de desenvolvimento reflectidos em documentos globais sobre políticas e monitoria da pobreza e bem-estar (como Relatórios de Desenvolvimento Humano, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio) o desenvolvimento de um país é medido pela capacidade deste de prover aos seus cidadãos serviços básicos com qualidade que obedeça a critérios mínimo pré estabelecidos¹. Segundo esses critérios, as estatísticas apresentadas por Moçambique encontram-se abaixo dos níveis recomendados facto que coloca o país como um dos mais subdesenvolvidos do mundo.²

Com vista a reverter esta situação, várias são as políticas e estratégias elaboradas, e intervenções implementadas no país, num processo em que estão envolvidas instituições Governamentais, não-governamentais e da sociedade civil, desde o nível nacional ao nível local.

O distrito de Machaze, na província de Manica, é um exemplo prático tendo sido, ao longo dos últimos anos, um dos alvos e recipiente de várias intervenções de ajuda externa por parte de Organizações não-governamentais, e intervenções por parte do governo. Para efeitos deste trabalho, iremos centrar-nos na análise de intervenções de ONGs, que se traduzem em projectos de duração limitada, visando mudanças a curto prazo, e contribuindo para o alcance dos objectivos preconizados nos planos e estratégias do Governo (ex. PARP's, Planos Quinquenais, Agenda 2025, etc), que visam mudanças a longo prazo. Assim, iremos olhar

¹ Segundo a OMS pretende-se um mínimo de 2.5 médicos para cada 10.000 habitantes

² Moçambique é considerado um dos países mais pobres do mundo, situando-se na 165ª posição de 182 países analisados para o Relatório de desenvolvimento humano, 2010

para a concepção, implementação e impactos de projectos, bem como as dinâmicas que acontecem ao longo do processo.

Diversas organizações nacionais e internacionais têm prestado apoio, quer de emergência - em face de crises provocadas por calamidades naturais³ - quer de desenvolvimento a longo prazo. Tais intervenções têm tido como grupo alvo principalmente as pessoas consideradas mais pobres e vulneráveis, como por exemplo, idosos, agregados familiares chefiados por mulheres, por viúvas, e por crianças, e agregados com doentes crónicos⁴. O enfoque nestes grupos de indivíduos justifica-se como sendo para permitir que os benefícios gerados pelo crescimento económico e as melhorias registadas em termos de serviços básicos possam alcançar a população mais vulnerável e que vive em situação de pobreza extrema e persistente⁵.

Relatórios de monitoria do progresso da implementação de políticas de alívio à pobreza pelo governo, tendem a considerar positivos os resultados de tais esforços, segundo as estatísticas apresentadas anualmente pelo governo de Moçambique (crescimento do produto interno bruto – PIB- em 6.8 por cento em 2010)⁶. Os mesmos relatórios consideram também positivo o crescimento do acesso aos serviços básicos como educação, água e saneamento e redução da mortalidade materna e infantil⁷. Por seu lado, as ONGs que implementam projectos e programas de ajuda no combate à pobreza, apresentam também relatórios optimistas sobre o resultado do trabalho efectuado.

Documentos de análise da pobreza pela sociedade civil, revelam que o desenvolvimento declarado nos relatórios do governo não correspondem à realidade no terreno, com o número de pessoas a viverem abaixo da linha de pobreza a aumentar, assim como o fosso entre os mais favorecidos e os menos favorecidos⁸. Cerca de 54.5% da população vive abaixo da linha da pobreza. O país possui cerca d

³ Ajuda prestada ao distrito durante a seca que se verificou em 2008.

⁴ Segundo a estratégia de protecção social básica de Moçambique, pessoas vulneráveis são consideradas: *Cidadãos incapacitados para o trabalho e sem meios próprios para satisfazer as suas necessidades básicas, nomeadamente: Pessoas em situação de pobreza absoluta; Crianças em situação difícil; Idosos em situação de pobreza; Pessoas portadoras de deficiência em situação de pobreza absoluta; e Pessoas com doenças crónicas e degenerativas* (Ministério da Mulher e da Acção Social, Estratégia Nacional de Protecção Social Básica 2009-2014 (ENSPB) Agosto 2009)

⁵ Ministério da Mulher e da Acção Social, Estratégia Nacional de Protecção Social Básica 2009-2014 (ENSPB) Agosto 2009

⁶ www.ine.gov.mz 2011

⁷ Relatório dos ODM em Moçambique, 2010

⁸ Hanlon, 2008

e 10.6 milhões de crianças, das quais 44% sofrem de malnutrição crónica.⁹ Do total da população, 13.1% de mulheres e 9.2% de homens em Moçambique, estão infectados pelo VIH (sendo a prevalência mais elevada nas áreas urbanas que nas rurais)¹⁰, e a concorrer para o grave cenário, a insegurança alimentar, cheias e secas cíclicas, entre outros, aumentam a vulnerabilidade dos grupos já considerados mais vulneráveis, incluindo a desagregação de famílias, etc. Adicionalmente, Moçambique tem 1.8 milhões de crianças órfãs e vulneráveis, que necessitam de apoio alternativo para fazer face às dificuldades que enfrentam.¹¹

O Distrito de Machaze é considerado um dos mais pobres do país com as estatísticas em termos de infra-estruturas e serviços a mostrarem que estes ainda não são suficientes para responder às necessidades da população¹².

Autores que se debruçam sobre a questão da ajuda ao desenvolvimento em Moçambique, declaram que, as intervenções de desenvolvimento que têm sido implementadas não têm surtido os efeitos desejados¹³. No que concerne a África, e aos países em desenvolvimento no geral, vários são os autores na área de desenvolvimento, que afirmam também que, apesar de todos os esforços implementados, as intervenções de apoio ao desenvolvimento têm fracassado¹⁴.

Estes autores apresentam vários argumentos que explicam este fenómeno, destacando-se: (a) A inadequação das intervenções de desenvolvimento pois, os projectos e políticas são desenhados com base numa definição de pobreza a partir dos alvos dos níveis de consumo e Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), não tendo em conta as particularidades nas representações da pobreza em si e das suas reais causas a nível local¹⁵. Por outro lado, (b) a externalidade dos especialistas que desenham os programas, que, na sua maioria são técnicos treinados europeus ou americanos que têm muito pouco conhecimento sobre as condições e instituições sociais nos países com que lidam¹⁶; e (c) a imposição de modelos de desenvolvimento, não permitindo às pessoas pensarem em princípios organizativos

⁹ MISAU 2010

¹⁰ INSIDA 2009

¹¹ ONU Moçambique, 2010

¹² MAE 2005

¹³ Bockel 2004; Hanlon & Smart 2009

¹⁴ Altaf 2008, Bockel 2004, Ferguson 2008, Green 2005, Harrison & Crewe 2008

¹⁵ Green, 2005

¹⁶ Altaf, 2008

alternativos (ao desenvolvimento), implementando-os de forma homogénea em contextos diversificados¹⁷.

Estes autores ajudam-nos a perceber factores externos que condicionam os resultados destes projectos, ficando ainda por perceber factores internos, os processos que se desencadeiam desde a implantação até ao fim dos projectos.

Com vista a alcançar este objectivo, o trabalho teve como ponto de orientação a seguinte questão: que processos informam a implementação desses projectos e que impactos têm trazido? Assim, o estudo analisou as dinâmicas da implementação dos projectos de ajuda ao desenvolvimento que visam a melhoria das condições de vida no distrito, debruçando-se sobre a interacção entre os actores envolvidos, e as percepções existentes sobre os processos e impactos da ajuda prestada.

Os resultados deste estudo permitem concluir que, embora haja um esforço das organizações governamentais e não-governamentais para contribuírem para a erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas, existem factores que condicionam este processo, fazendo com que os resultados pretendidos não sejam alcançados na totalidade: em primeiro lugar, as organizações não-governamentais, não conseguem muitas vezes aceder directamente aos beneficiários pretendidos, tendo uma gama de intermediários que se colocam entre as duas classes: beneficiários e ONGs. Em segundo lugar, os processos de priorização das actividades a serem desenvolvidas para beneficiarem os mais vulneráveis, não correspondem aos verdadeiros anseios e necessidades destes, pois são definidos por esta classe intermediária que coloca em primeiro lugar as suas próprias necessidades. E em terceiro lugar, a selecção de beneficiários está também dependente desta classe intermediária que nem sempre faz chegar aos beneficiários pretendidos no terreno.

O presente trabalho apresenta a introdução, seguindo-se uma breve contextualização da implementação de políticas, estratégias e intervenções de apoio ao desenvolvimento. De seguida é feita a apresentação do problema e uma revisão da literatura que aborda a questão do desenvolvimento. As secções que se seguem apresentam respectivamente, a metodologia usada na elaboração do trabalho, e a discussão dos resultados encontrados. Finalmente são apresentadas as conclusões preliminares do estudo.

¹⁷ Escobar, 1998; Sachs, 1992; Castelo Branco, 2007

2. Contextualização

Numa perspectiva economicista, segundo a qual o desenvolvimento é definido como sendo o crescimento da economia de um país, sugerindo-se que a melhoria das condições de vida surge automaticamente com o crescimento da renda *per capita*, Moçambique encontra-se entre os países considerados menos desenvolvidos no mundo, com cerca de 54 por cento da população a viver abaixo da linha de pobreza¹⁸

Com vista a alterar esta situação, o governo embarcou numa série de políticas e estratégias de combate à pobreza, complementadas por intervenções de organizações não-governamentais Nacionais e Internacionais, para ajuda ao combate à pobreza.

As intervenções mais recentes de desenvolvimento em Moçambique, datam desde a independência nacional em 1975. Historicamente, e a partir desse período, podem-se destacar três momentos marcantes neste processo. Primeiro, logo após a independência, com vista a combater o subdesenvolvimento, o governo embarcou na formulação das primeiras políticas internas de desenvolvimento, com o Plano Prospectivo Indicativo (PPI) em 1977, o Plano de Acção Económica em 1983. Ainda em 1983, o país iniciou negociações com as instituições de Bretton Woods, tendo sido em 1984, aceite como membro do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM)¹⁹. Assim, o país habilitou-se a beneficiar de um programa de recuperação e transformação económica. Este processo marcou o início do Segundo momento. Em 1987 iniciava em Moçambique a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE) que em 1989 integrou também a componente social (PRES).²⁰ A adopção destas políticas padronizadas para os países em desenvolvimento e criadas por instituições financeiras mundiais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM), constituiu a abertura de portas para o acesso à ajuda internacional para o desenvolvimento. Verificou-se então o surgimento no país de uma gama de ONGs que passaram a implementar actividades com vista a apoiar o país a sair do subdesenvolvimento.

Num terceiro momento, o país embarcou em políticas e estratégias para a erradicação da pobreza absoluta. Em 2001, foi introduzido o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta -PARPA I (2001-2005) - que foi implementado em conjunto com plano quinquenal do Governo. Este documento, deriva dos antecedentes de planeamento do governo, incluindo

¹⁸ (INE 2009).

¹⁹ Chichava, 2008

²⁰ idem

as *Linhas de Acção para a Erradicação da Pobreza Absoluta (1999)*, o *Programa do Governo de 2000-2004*, bem como os planos, políticas e estratégias sectoriais e intersectoriais, desenvolvidos pelos órgãos do Estado.²¹

Em seguida, foi introduzido o PARPA II (2006-2009), que foi em 2009 estendido até 2010. À semelhança do PARPA I, o PARPA II preconizava a melhoria das condições de vida das populações, através do aumento ao acesso a serviços básicos, fontes de rendimento, e recursos, desenvolvimento do capital humano assim como maior participação nos processos de tomada de decisão²². Mais recentemente foi introduzido o PARPA III (2011-2014). Este último, dá continuidade ao PARPA II, e tem como meta principal reduzir o índice de incidência da pobreza dos actuais 54.7% para 42% em 2014.²³

Uma tendência particular destas políticas, é a inclusão do factor de desenvolvimento humano e social como um dos pilares importantes para retirar o país da pobreza em que se encontra. O PARPA III por exemplo, tem como prioridade a disponibilidade de qualidade no acesso aos serviços sociais e de segurança social básica para os cidadãos. As políticas sectoriais que são orientadas pelo PARPA e plano do governo têm também uma grande ênfase na questão de desenvolvimento e apoio social aos cidadãos, visando a inclusão dos menos favorecidos no acesso a serviços de qualidade.

Estes instrumentos de médio prazo, enquadram-se no Sistema Nacional de Planificação (SNP), alinhando-se à visão da Agenda 2025, contribuindo para o alcance do Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs), e são implementadas no mesmo contexto que os programas de apoio ao desenvolvimento a curto e médio prazo, implementados por ONGs internacionais, bem como planos do governo apoiados por parceiros internacionais e bilaterais. As políticas desenhadas e implementadas pelo Governo, têm a particularidade de ter como grande enfoque o desenvolvimento humano, com a educação, saúde, bem como a protecção social para grupos considerados vulneráveis sendo prioridades na agenda do governo.

²¹ G20, 2004;2005

²² GdM 2005

²³ Idem

Portanto, os esforços de desenvolvimento e redução da pobreza absoluta em Moçambique, podem ser considerados multiformes, com a participação no processo, de instituições governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais.

3. Delimitação do Problema

Como foi apresentado na secção anterior, com vista a promover o desenvolvimento e a erradicação da pobreza do país, Moçambique tem beneficiado de esforços, tendo como protagonistas no processo dois grupos de intervenientes. Por um lado, o governo que tem elaborado e implementado políticas e estratégias para erradicação da pobreza e para o desenvolvimento do país, financiadas por parceiros internacionais e bilaterais. Por outro lado, organizações não-governamentais nacionais e estrangeiras, parceiros de implementação directa a investirem elevados recursos humanos, materiais e financeiros, com vista a contribuir para o alívio à pobreza e melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas.

Relatórios de monitoria do progresso da implementação de políticas de alívio à pobreza pelo governo, tendem a considerar positivos os resultados de tais esforços. Segundo as estatísticas apresentadas anualmente pelo governo de Moçambique o crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2009, foi de 6.7 por cento e no quarto trimestre de 2010, foi de 6.5 por cento.²⁴

Entretanto, a medida do PIB é limitada e, quando utilizada sozinha, se constitui em um verdadeiro desastre já que os indicadores de consumo e produção dos mercados não dizem grande coisa sobre a liberdade e o bem estar que dependem de uma organização social mais complexa tais como uma distribuição mais justa de renda (Amartya Sen, 2000).

Estudos que analisam o estado de desenvolvimento de Moçambique, consideram que estas políticas, estratégias e intervenções na realidade, não têm surtido os efeitos desejados. A maioria da população ainda vive abaixo da linha da pobreza; o número de pessoas pobres está

²⁴ INE, 2010

a aumentar, do mesmo modo que se aprofunda o fosso de diferenciação entre os pobres e os ricos.²⁵

Assim, num contexto onde por um lado, têm sido elaboradas políticas, estratégias e implementadas acções, visando apoiar o desenvolvimento das comunidades vistas pelo governo como estando a surtir efeito, e, por outro lado, relatórios que afirmam que estes esforços não estão a surtir os efeitos desejados, podemos questionar: que processos informam a implementação desses projectos e que impactos têm trazido?

Importa referir que as estratégias e políticas de erradicação da pobreza desenhadas e implementadas pelo governo, bem como as intervenções de ajuda ao desenvolvimento implementadas pelas ONGs, são baseadas em critérios globais comuns, que definem o progresso das populações. Mais especificamente, nos últimos anos, estas têm sido desenhadas de acordo com o preconizado nos objectivos de desenvolvimento do milénio (ODM), que orientam as linhas e as metas a serem alcançadas pelos países a nível global, e os em desenvolvimento em particular.

Estudos realizados sobre pobreza e desenvolvimento a nível local e global, tendem a explicar o fracasso das intervenções de apoio ao desenvolvimento. Autores como Altaf (2008), Escobar (1998), Ferguson (1990), Green (2005), Harrison & Crewe (1998), Sachs (1992), avançam argumentos que explicam essa tendência. Os principais argumentos centram-se na externalidade dos elementos envolvidos na concepção dos programas, a utilização de definições de pobreza externas às comunidades alvo do apoio, e imposição de programas de desenvolvimento, contra qualquer alternativa que as comunidades pudessem ter ao desenvolvimento.

Se por um lado estes autores nos ajudam a perceber as razões do fracasso de tais intervenções, do ponto de vista teórico e externo aos contextos para onde a ajuda é destinada, interessa ainda perceber os processos e as dinâmicas internas destas intervenções. A questão que surge então é: os processos e as dinâmicas internas que informam a implementação destes programas, têm impacto sobre os resultados?

²⁵ Hanlon 2007; Concern 2007

Os resultados deste trabalho, poderão trazer contribuição no sentido teórico e prático para a arena do desenvolvimento. Teoricamente, o presente trabalho contribui no debate sobre o projecto de desenvolvimento, defendendo que é necessário que se tenham em conta como um factor determinante, as relações que se estabelecem no contexto da ajuda, entre os intermediários do processo e os beneficiários pretendidos. Nas discussões teóricas existentes sobre o projecto de desenvolvimento, predominam duas abordagens: a primeira que defende o fracasso completo do projecto de desenvolvimento, e a segunda, que critica apenas os processos envolvidos no projecto de desenvolvimento, considerando que este pode trazer resultados se implementado de forma diferente.

O presente trabalho enquadra-se na segunda abordagem ao demonstrar que, as relações internas que se desenvolvem nos contextos onde são implementados os projectos de ajuda ao desenvolvimento, jogam um papel importante no seu resultado, e que é primordial que sejam tomadas em consideração de modo a que se possa minimizar o seu impacto negativo nos resultados alcançados.

Na prática, o presente trabalho irá permitir compreender que existe um problema que constitui uma barreira para a priorização e alcance dos beneficiários pretendidos e das suas necessidades, e da necessidade de redesenhar a estratégia de definição de prioridades, e selecção de beneficiários aos projectos a serem implementados. O estudo de caso, que demonstra os pontos acima indicados, é o do distrito de Machaze, na província de Manica.

A escolha de tal distrito para a recolha de dados etnográficos deriva, por um lado, da familiaridade da autora com o mesmo e, por outro, pelo facto de ser um dos distritos com índices de pobreza mais elevados, da província de Manica e do país, segundo estatísticas apresentadas no perfil de desenvolvimento distrital.²⁶

4. Revisão da literatura

No presente capítulo apresentam-se as discussões existentes sobre o projecto de desenvolvimento de uma forma geral, e em particular as análises que se fazem sobre as intervenções de desenvolvimento em África e em Moçambique.

²⁶ PAL- Machaze, 2004.

Nestas discussões, destacam-se duas principais linhas de pensamento: a primeira de autores que defendem o fracasso completo do desenvolvimento, e a segunda, de autores que criticam apenas os processos envolvidos no projecto de desenvolvimento, considerando que este pode trazer resultados se os processos na sua implementação forem alterados.

A primeira linha de autores, denominados teóricos do pós-desenvolvimento, clamam pelo abandono/desconstrução de todo o campo epistemológico e político do desenvolvimento pós guerra, em direcção a uma era pós-desenvolvimento. Defendem que o desenvolvimento deve ser completamente rejeitado, em vez de ser melhor implementado ou alterado em termos específicos. Consideram que as consequências negativas que se verificam do desenvolvimento, são intrínsecas a este, e não efeitos colaterais não intencionais do mesmo. Clamam, portanto, por uma busca de uma “alternativa ao desenvolvimento”.²⁷

Sachs define o desenvolvimento usando uma metáfora declarando que este é “uma ruína na paisagem intelectual, uma casa de luzes que inspirou nações, mas que agora apresenta fendas e começa a desmoronar”.²⁸

Afirmações como estas reflectem a desilusão com o desenvolvimento demonstrada por vários autores, que sentem que o projecto de desenvolvimento é obsoleto e que tem trazido mais prejuízo do que benefícios.²⁹

Usando o argumento da imposição de modelos de desenvolvimento, Escobar e Sachs defendem que o discurso do desenvolvimento como é implementado, não permite às pessoas pensarem em princípios organizativos alternativos (ao desenvolvimento) para a obtenção do bem-estar³⁰, de certa forma impondo a prevalência deste paradigma. Estes são os chamados defensores da teoria Pós-desenvolvimento.

Ferguson, ao analisar um projecto de ajuda ao desenvolvimento no Botswana, demonstra que as vontades políticas e ideologias dos implementadores prevalecem sobre as reais necessidades dos beneficiários pretendidos. Nessa análise, Ferguson mostra como a

²⁷ Escobar, 1992; Ferguson, 1990; Rahnema, 1997; Sachs, 1992.

²⁸ Sachs (1992:1).

²⁹ Escobar, 1992; Ferguson, 1990; Rahnema, 1997; Sachs, 1992.

³⁰ Escobar, 1998; Sachs, 1992

priorização de um certo projecto para apoiar o desenvolvimento de uma região, pode trazer consequências adversas aos seus habitantes, ao contrário do pretendido, desenvolvendo relações que são usadas para fortalecer o poder político na região.³¹

Críticos da teoria pós desenvolvimento, argumentam que esta falha ao não apresentar de forma concreta, o que se pretende ao se falar de “ alternativas ao desenvolvimento”.³² Enquanto vários autores consideram o desenvolvimento morto e como tendo fracassado de forma miserável, poucas são as conceptualizações ou concepções de mudança social que são oferecidas em sua substituição.³³

Matthews discorda desta afirmação ao defender que, embora concorde que a teoria pós desenvolvimento seja mais forte na crítica do que na acção, estes autores oferecem pelo menos duas alternativas para lidar com a questão que julgam que o “ desenvolvimento” não conseguiu resolver. Em primeiro lugar, propõem que se deve apoiar os novos movimentos sociais e locais, já que se argumenta que as iniciativas locais conseguem melhorar a vida das comunidades das quais fazem parte. Em Segundo lugar, sugerem que é necessário trabalhar-se no sentido de mudar as estruturas que causam a pobreza e a miséria, e não apenas tratar os sintomas que tais estruturas provocam. (Matthews, 2004)

Ferguson considera que é necessário reconhecer a complexidade das relações da pobreza e tentar transformar tais relações trabalhando de forma a corrigir o modo como umas sociedades contribuem para o empobrecimento e opressão de outras distantes (Ferguson, 1990).

Contudo, uma crítica que se faz a esta abordagem de apoio aos grupos sociais locais é o risco que se corre de se envolverem com as pessoas que os apoiam, sejam de fora ou elites do mesmo país, e que a eles sejam impostos valores e prioridades que não correspondam aos verdadeiros anseios das comunidades que pretendem ajudar. Analisando um projecto de uma instituição de apoio ao desenvolvimento no Quénia, Mathews verifica que, a abordagem de apoio a novos movimentos sociais, iria permitir que os que prestam ajuda ao desenvolvimento, continuassem a jogar um papel entre os pobres, distanciando-se de práticas

³¹ Ferguson, 2005

³² Pieterse, 1992; Blaikie, 2000.

³³ Escobar, (1992:21).

que, ao aparentemente ajudarem aos pobres, fortalecem as relações de dominação entre os ricos e os pobres. (Mathews, 2004)

A segunda linha nesta discussão, é composta por autores que defendem que, apesar de estar a fracassar, o desenvolvimento é um projecto que ainda pode ser bem-sucedido, se for alterada a forma, os processos usados actualmente na sua implementação, clamando por um desenvolvimento alternativo (Green 2005, Altaf 2008, Bockel 2004, Collins 2008, Moore 2008).

Analisando intervenções de ajuda ao desenvolvimento implementadas por diversos actores envolvidos, estes autores consideram que o seu fracasso deve-se à inadequação das intervenções por serem concebidas por pessoas externas à realidade sócio – cultural, e estratégias de sobrevivência das populações alvo, que têm muito pouco conhecimento sobre as condições e instituições sociais nos países com que lidam (Altaf, 2008; Green, 2005).

Green argumenta ainda que na concepção destes programas não são tomadas em consideração as particularidades nas representações da pobreza em si e das suas reais causas a nível local. Os programas de desenvolvimento são desenhados tendo em conta uma conceitualização que vê a pobreza representada como uma entidade evolutiva, que precisa ser atacada, e não como uma consequência de relações sociais, ignorando assim as complexas causas que derivam de correntes de relacionamento que constituem a vida dos indivíduos – as redes sociais (Green, 2005).

Numa outra perspectiva, Moore (1998) recorre à história da dominação colonial para explicar o fracasso do projecto de desenvolvimento, ao referir que, as relações que se desenvolvem no mundo de desenvolvimento na actualidade, derivam das relações coloniais desenvolvidas nos anos 60. Fazendo uma análise a um projecto de desenvolvimento implementado no Zimbabwe, Moore demonstra como as políticas coloniais moldam profundamente aquilo que são as intervenções de desenvolvimento actuais, onde os mais fortes e avançados continuam a exercer poder e impor modelos, que se assemelham às políticas implementadas pelos colonialistas da década de 60. Este factor, atrai grande resistência por parte dos pretendidos beneficiários (Moore, 1998).

Ainda nesta mesma linha, Collins argumenta que o desenvolvimento é um projecto Neo-colonial de expansão capitalista global, que funciona para reforçar as estruturas de desigualdade, reproduzir e manter a dominação do sul pelo norte (Collins, 1977).

Analisando a realidade de Moçambique, Bockel (2004) apresenta como argumento para o fracasso das intervenções de ajuda ao desenvolvimento, as relações que se estabelecem no processo de concepção, priorização e implementação de tais projectos. De acordo com Bockel (2004), tais intervenções não surtem os efeitos pretendidos pois são implementadas tendo como porta de entrada a nível local, estruturas governativas locais, que são monopolizadas por uma elite, o que não permite o alcance das pessoas mais necessitadas (Bockel, 2004).

Cornwall (2007) por seu lado, argumenta que o desenvolvimento hoje é preenchido por jargões ou palavras desprovidas de significado, que flutuam livres de referentes concretos, que podem ser preenchidos de significado pelos seus usuários, permitindo a qualquer um preenchê-las de acordo com a sua ideologia. Defende que o desenvolvimento é guiado pela ideologia de quem o pratica, e não muito pela necessidade de quem recebe a ajuda (Cornwall, 2007).

Harrison e Crewe (1998) corroboram este argumento ao referirem que, nas interacções que se desenvolvem entre os vários actores envolvidos no projecto de desenvolvimento, existe uma aparente separação entre as ideias e contextos de um grupo de actores, o pessoal das agências de desenvolvimento, e outro - os seus supostos beneficiários (Crewe & Harrison, 1998)

As análises efectuadas por Altaf (2004), Escobar (1998), Green (2005), e Sachs (1992), abrem espaços para discussão sobre as metodologias usadas na concepção dos programas de apoio ao desenvolvimento e da sua relevância para os pretendidos beneficiários. Embora defendam linhas de pensamento diferentes, com Green e Altaf defenderem um desenvolvimento alternativo, e Escobar e Sachs a defenderem uma alternativa ao desenvolvimento, apoiam a teoria da externalidade dos processos de concepção como sendo o argumento principal para o fracasso das intervenções.

Por seu lado, os argumentos de Moore (1998) e Cornwall (2007), revelam que, por um lado, a forma do projecto de desenvolvimento nos seus contornos actuais é moldada por uma ideologia colonial e, por outro lado, a ambiguidade dos conceitos que formam o paradigma,

permite o seu preenchimento por uma ideologia qualquer de quem quer que “implemente” o desenvolvimento, o que pode abrir espaço para uma resistência ao processo e consequente falha do seu resultado.

Ferguson (2005) e Crewe & Harrison (1998) abrem espaço para discutir dois pontos: por um lado, a relevância das intervenções de desenvolvimento, no sentido de a quem interessa a implementação de determinado projecto, e se vai de encontro com a realidade e anseios da população e, por outro lado, e agora em concordância com Bockel (2004), analisam as relações socio-políticas que se estabelecem por detrás destas intervenções e como estas influenciam os resultados finais dos projectos implementados.

O presente trabalho, irá assim analisar como é que as dinâmicas internas e relações que se estabelecem no contexto de ajuda ao alívio a pobreza, influenciam nos seus resultados.

5. Metodologia

Na elaboração do presente trabalho foi utilizada a abordagem qualitativa, e foi realizado em 3 fases, nomeadamente revisão bibliográfica, pesquisa etnográfica e redacção do relatório. A primeira fase, revisão bibliográfica durou de Fevereiro a Abril de 2009, e foi realizada com vista a aceder às discussões teórico epistemológico sobre o desenvolvimento como prática, e das dinâmicas de intervenções de ajuda ao desenvolvimento em África e em Moçambique, e foi combinada com a consulta a responsáveis de programas de Desenvolvimento, e formulação dos instrumentos de pesquisa.

A segunda fase, que durou 16 dias entre Julho e Setembro de 2009, consistiu da recolha de dados nas Localidades de Bassane e Chipundje, Posto Administrativo de Chitobe em Machaze, Província de Manica. Foram seleccionadas estas localidades por duas razões: primeiro, porque existem projectos de desenvolvimento a serem implementados e segundo por serem de relativamente fácil acesso no distrito.

O estudo etnográfico foi realizado de forma faseada, ou seja, em 3 visitas com duração média de 5 dias cada, num total 16 dias. A recolha de dados foi feita com recurso discussões de grupos focais, entrevistas semi - abertas e a observação directa livre, precedidas por uma visita exploratória ao terreno, na qual foram mantidos contactos com os líderes locais e trabalhadores de instituições do estado e ONGs, que facilitaram o acesso às populações nas localidades abrangidas.

Participaram no estudo beneficiários dos projectos e líderes comunitários, membros de estruturas de tomada de decisões na comunidade (comités de desenvolvimento local CDL), provedores de serviços do estado (nomeadamente enfermeiros, professores e trabalhadores da administração local), e funcionários de ONGs a operarem nos locais seleccionados. No total foram entrevistadas individualmente, 14 pessoas, sendo 7 em cada localidade, em entrevistas transcritas, com duração de cerca de 1 hora cada. Duas das 14 entrevistas (uma em cada localidade) foram efectuadas com indivíduos considerados extremamente vulneráveis ³⁴. Foram ainda realizados 6 grupos focais (DGF), 2 em cada localidade.

As entrevistas e os grupos de discussão foram realizados em ambientes diferentes. As entrevistas com o grupo composto por profissionais do Estado e de ONGs, de ambos sexos, que trabalham na área de desenvolvimento no Distrito, foram efectuadas nos respectivos locais de trabalho e a faixa etária dos inqueridos variava dos 22 anos aos 38 anos de idade. Destes procuramos saber como eram concebidos e implementados os projectos de ajuda ao desenvolvimento, bem como a interacção entre estes, e se estes se encaixavam naquilo que eram as dinâmicas locais de sobrevivência.

Os 3 DGF, foram realizados em locais próximos das suas zonas de residência (exemplo, Escola, centro comunitário). O primeiro era composto por indivíduos de ambos sexos, que de uma forma dependiam de ajuda externa para sobreviverem, recebiam apoio das ONGs, ou eram potenciais beneficiárias dos projectos de ajuda ao desenvolvimento. O segundo grupo era composto por líderes comunitários e membros de estruturas de governação locais, maioritariamente, do sexo masculino. Os dois grupos eram compostos por indivíduos com idades variando entre os 20 anos e os 65 anos de idade. O terceiro grupo era composto por jovens e adolescentes de ambos sexos, com idades que variavam dentre os 13 e os 20 anos.

As entrevistas individuais foram realizadas na língua Portuguesa. As discussões dos grupos focais foram realizadas nas línguas Ndau e Changana, com pequenas intervenções em Português, e tiveram a duração média de duas horas. Para a realização das entrevistas, foram usados guiões de entrevista semi-abertos. Para as discussões de grupos focais foram usados guiões de entrevistas abertos, complementados por instrumentos de pesquisa rápida

³⁴ Segundo a definição citada no número 3, estes indivíduos preenchiam pelos menos 3 dos 6 critérios apresentados

participativa (PRRA- Participatory Rapid Rural Apraisal), e finalmente foram efectuados questionários com uma amostra seleccionada de chefes de agregados familiares beneficiários (3) e não beneficiários (3) (retirados dos GDF).

A análise no presente estudo focalizou sobre intervenções implementadas por várias ONGs, de que beneficiaram as comunidades visadas, com ênfase particular para a Concern e Handicap International, ONGs Internacionais a operarem em Moçambique desde os meados dos anos 80.

A realização do presente trabalho contou com constrangimentos de várias ordem, nomeadamente, o facto de o local escolhido para o estudo ser um distrito com dificuldades de acesso e de transporte no seu interior, considerado um dos distrito mais problemáticos da província de Manica, em termos de transporte e vias de comunicação. Isto limitou a intenção inicial de contactar as populações em locais mais recônditos, para saber se beneficiaram dos projectos a elas direccionados e que impacto teriam tido em suas vidas. Por outro lado, o factor comunicação foi um constrangimento relevante na realização do estudo, visto que a maioria da população em Machaze, fala a língua Ndau, que é estranha à autora. Nestes casos foi necessário recorrer à tradução efectuada por uma assistente alocada para o efeito. O constrangimento da língua foi atenuado em certa medida pelo facto de parte da população do distrito, ser falante da língua changana, que é língua materna da autora.

6. Percepções sobre implementação e impactos de projectos em Machaze

No presente capítulo são apresentados os resultados do estudo. Inicia-se o capítulo com uma descrição do distrito de Machaze. De seguida efectua-se a descrição dos processos de implementação de projectos em Machaze, nomeadamente: a implantação dos projectos, a definição de prioridades e selecção dos beneficiários, e, finalmente, percepções sobre o impacto das intervenções sobre os beneficiários.

6.1 Características de Machaze

O distrito de Machaze situa-se no extremo sul da província de Manica. Faz fronteira a Sul, com o distrito de Massangena (na província de Gaza), e distrito de Mabote (na província de Inhambane), a Norte com o distrito de Mussorize (na província de Manica), a Este, com os

distritos de Chibabava e Machanga (na província de Sofala) e a Oeste, o Zimbabwe (PAL-Machaze 2004).

Ainda segundo a mesma fonte, o distrito é composto por dois (2) postos administrativos, nomeadamente, Chitobe e Save que se subdividem em nove localidades, sendo cinco pertencentes a Chitobe e as restantes quatro a Save. O distrito conta no total com trinta e oito povoações ou comunidades cuja gestão é feita fundamentalmente pelos líderes tradicionais. No passado o distrito era um dos Postos Administrativos do distrito de Mussorize (PAL-Machaze 2004).

Em termos de estruturas políticas, o distrito de Machaze possui dois níveis considerados complementares. O primeiro é constituído por estruturas administrativas formais tais como a Administração do distrito, o Equipe técnica distrital³⁵. O segundo nível é constituído por chefes locais, sobretudo ao nível das localidades.³⁶ Este nível é composto hierarquicamente pelo *régulo*, *nadjena* e *sabuco*. No geral, quer um como outro são constituídos essencialmente por homens.

De acordo com o Censo Populacional de 2007, o distrito de Machaze possui um total de 104.608 habitantes numa superfície de 13.332 km² o que corresponde a uma densidade populacional de 7,8ha por km². Destes, cerca de 73% (76.556) encontram-se concentrados no Posto Administrativo de Chitobe e 27 % (28.052) no Posto de Save (INE, 2007). A população do distrito é constituída maioritariamente por dois grupos etnolinguísticos, nomeadamente, *Ndau* e os *Changana* (PAL-Machaze 2004).

Os agregados familiares são maioritariamente compostos por famílias nucleares e alargadas. Entretanto, existe no distrito de Machaze um número considerável de agregados familiares chefiados por mulheres, tornando-as responsáveis primárias pelo seu sustento. Este facto deve-se fundamentalmente à tendência dos homens, sobretudo jovens, de emigrarem com frequência para minas da África do Sul e plantações de chá e café no Zimbabwe, permanecendo lá em média entre 2-3 anos (PAL-Machaze 2004), como uma das formas de obtenção de sustento para as suas famílias.

³⁵Constituído por membros do Governo distrital, representantes dos diferentes serviços do estado, nomeadamente: educação, saúde, juventude e desportos,

³⁶ PAL - Machaze 2004.

A actividade agrícola constitui a principal base de subsistência para a maior parte da população do distrito. A agricultura praticada é de sequeiro sendo desenvolvida fundamentalmente pelo sector familiar (cerca de 14,790 famílias) utilizando instrumentos tradicionais (enxadas) (PAL Machaze 2004).

Caracterizado por um clima seco, e propenso à ocorrência de desastrea naturais, sobretudo secas prolongadas, e por vezes, cheias ao longo das margens dos rios Save e Buzi, perturbando os meios de subsistência e a vida das populações, o distrito de Machaze é considerado um dos mais problemáticos da província de Manica, no que respeita a acesso a serviços. Com uma rede de educação e saúde considerada insuficiente para as necessidades das populações, o distrito continua a apresentar estatísticas reduzidas para o que se considera níveis aceitáveis de prestação de serviços básicos às populações³⁷. A tabela que se segue mostra a disparidade nas taxas de escolarização e analfabetismo do distrito, em relação às médias nacionais.

Educação			
	Distrito*		Nacional**
	M	F	
Taxa de analfabetismo	75%	90%	47%
Ensino primário concluído (+5 anos)	2%	6%	15%
Com frequência escolar (+5 anos)	10%	30%	76.5%

Tabela 1. Taxas de escolaridade e analfabetismo (+5anos)³⁸

A falta de água é considerada um dos problemas mais graves e difíceis de resolver no distrito³⁹. Organizações como a Oxfam GB e a Concern, têm estado a implementar projectos na área de águas sem contudo alcançar os objectivos desejáveis. A não sustentabilidade das infra-estruturas de água instaladas tem sido considerada uma das principais causas de tal fracasso⁴⁰. Segundo estatísticas existentes, a maioria da população depende de furos de água para o seu consumo, seguida de rios como fonte de abastecimento de água. (tabela 2).

³⁷ Roes, 2006

³⁸ PAL- Machaze, 2005*; INE 2008 (Inquérito de Indicadores Múltiplos), Pobreza e bem-estar em Moçambique

³⁹ Concern worldwide, 2006

⁴⁰ Idem

Acesso a Água	
Água canalizada dentro de casa	0%
Água canalizada fora de casa	0%
Água de furos	62%
Água dos rios	34%

Tabela 2. Acesso a água por tipo de fonte ⁴¹

Segundo uma pesquisa efectuada pela Handicap Internacional, o distrito de Machaze apresenta uma grande incidência de órfãos de um ou ambos pais, bem como crianças consideradas em situação de vulnerabilidade pela perda ou debilitação dos seus pais e ou cuidadores⁴². A rede de protecção pela acção social é constituída apenas por um único técnico distrital, afecto aos serviços distritais de Saúde, Mulher e acção Social, o que não se afigura suficiente para responder às demandas provocadas pelo facto acima mencionado. Assim, ONGs como a CONCERN e Handicap Internacional têm implementado projectos com vista a apoiar as populações na mitigação dos impactos da existência de serviços insuficientes.

6.2. Processos de implementação de projectos de ajuda em Machaze

Desde o início da ajuda internacional ao desenvolvimento em Moçambique, várias são as organizações que prestam apoio ao distrito de Machaze. Tais Organizações prestam apoio em duas vertentes. A primeira, com a implementação de projectos de emergência na ocorrência de calamidades naturais (terramoto, cheias e secas cíclicas) com vista a mitigar o seu impacto e mais recentemente, para a prevenção, com a abordagem de redução de risco de desastres (DRR). A segunda vertente é no apoio ao desenvolvimento a longo prazo, no âmbito do combate à pobreza absoluta. Segundo os perfis distritais de Machaze, o número de organizações a trabalharem no distrito tem vindo a crescer, com particular ênfase entre os anos 2000 a 2004, após as cheias que afectaram o distrito. Em 1990 existiam no distrito 4 organizações a implementarem projectos em Machaze. Em 2000, durante a época de emergência, este número subiu e segundo a administração do distrito, até finais de 2008, existiam 14 organizações a implementarem projectos no distrito.⁴³

⁴¹ PAL- Machaze, 2005

⁴² Projecto da Handicap

⁴³ Perfil distrital de Machaze 2005

O estabelecimento de ONGs/projectos de ajuda ao desenvolvimento no distrito passa por um processo comum que se inicia a nível central com o seu registo no Ministério dos Negócios estrangeiros. Segue-se a uma apresentação ao governo provincial, que, determina a relevância dos projectos a implementar e localização dos mesmos, tendo em conta as prioridades estabelecidas pelo governo. O estabelecimento no distrito de Machaze surgiu como resposta ao apelo do Governo provincial referindo-se à vulnerabilidade do distrito devido a factores como: aumento de infecções por HIV, do número de crianças órfãs cujos pais pereceram vítimas de doenças relacionadas a SIDA, abuso de mulheres e crianças, falta de informação e de acesso a serviços básicos, e pobreza causada pela seca persistente. Outro factor determinante para a cobertura do distrito de Machaze pela Handicap, foi a fraca afluência de ONGs internacionais, devido a questões de acessibilidade do distrito.

Finalmente, segue-se o seu estabelecimento no distrito, que obedece a um processo comum que envolve, nomeadamente: i) apresentação à administração local; ii) sob orientação da primeira, a apresentação ao grupo técnico distrital⁴⁴; e iii) a apresentação aos líderes e locais da comunidade, nomeadamente régulos, líderes religiosos, líderes políticos e anciãos que fazem parte da liderança comunitária. É com este último grupo que as ONGs irão trabalhar nas fases subsequentes. A apresentação à administração é feita mediante audiência marcada com o administrador distrital, a quem a organização procede à auto apresentação, apresentação das suas actividades do projecto que se pretende implementar no distrito.

De seguida, a organização mantém encontro com os membros do grupo técnico, com o mesmo propósito de apresentar a organização, actividades e projecto proposto para o distrito. Neste encontro, são definidas as áreas geográficas de implementação a que se segue a marcação de encontros como os líderes e comunidades locais, facilitados pela estrutura administrativa local. Segue-se então o estabelecimento de parceria com a instituição do governo de tutela da área pretendida.

O processo de apresentação a estas estruturas visa, por um lado, atingir os seguintes objectivos por parte das estruturas governativas: i) Controlo – assegurando que a administração e estruturas governativas locais tenham um domínio sobre a implementação de

⁴⁴ Este é um grupo Multidisciplinar composto por representantes do governo em diferentes áreas (Educação, Actividades económicas, saúde, Juventude). Este grupo tem como responsabilidade aprovação e monitorização do plano de desenvolvimento distrital;

actividades que visam contribuir para o desenvolvimento do distrito, o conhecimento de todos os intervenientes no distrito e a natureza das suas actividades; ii) inclusão nos PES do distrito - assegurando que todos os esforços visando apoiar o distrito estejam reflectidos nos planos de desenvolvimento distritais, no âmbito da planificação e finanças descentralizadas. Assim, independentemente de serem implementados por várias instituições, os projectos articulam-se todos no âmbito do Plano Económico e Social do distrito.

Por outro lado, a necessidade de apresentação às estruturas mencionadas visa permitir a legitimação por parte destas, o que constitui um requisito para a aceitação e legitimação pelas comunidades, tendo em conta que líderes locais (régulos), líderes religiosos e líderes políticos exercem uma grande influência sobre as populações, sendo o seu envolvimento crucial para garantir o envolvimento das populações e aceitação dos projectos a serem implementados.⁴⁵ Para fundamentar estas ideias, alguns dos entrevistados durante este trabalho, expressaram-se nos seguintes termos:

“Aqui não entra nenhuma ONG sem que saibamos exactamente o que querem fazer, ou com quem pretendem trabalhar, para termos a certeza que é algo relevante e que não constitui perigo para as nossas populações. Elas devem estar por dentro dos planos de desenvolvimento do distrito de modo a que saibamos exactamente o que e por quem está a ser investido no distrito para o nosso desenvolvimento. Não podemos correr o risco de ter investimentos no distrito que não sejam contabilizados no âmbito do combate à pobreza.” (administradora, 2008)

“Não se pode entrar em casa de alguém sem bater a porta. É importante primeiro saber quem é o dono da casa. Por isso, tivemos encontros com todos esses, a administradora, o grupo técnico, os líderes. Porque são estes que nos abrem as portas. Se eles não estão envolvidos, nada acontece. Por isso é importante fazermos tudo com eles do nosso lado” (Oficial de programas -Concern).

“Quando viemos para Machaze para implementar o projecto de desminagem, apresentamo-nos primeiro à administração, e depois mantivemos encontros com os líderes e com a população. Os líderes são quem melhor conhece a comunidade e sabe com quem nós podemos trabalhar.” (Gestor de Programa Handicap)

⁴⁵ Secretário Permanente de Machaze, 2009

Como demonstram as declarações acima, tanto o governo como as ONGs consideram o processo de apresentação no distrito, a um conjunto de elementos que funcionam como intermediários entre estes e as populações, como sendo importante e determinante para a legitimação do projecto e conseqüentemente, o sucesso do seu estabelecimento. A seguir a esta fase de estabelecimento no distrito, seguem-se as fases de definição de prioridades e selecção de beneficiários, como será enfocado nas secções que se seguem.

6.3 Definição de prioridades e selecção de beneficiários dos projectos

Como foi mencionado na secção anterior, como primeiro passo na implantação dos projectos no distrito, as Organizações estabelecem primeiro um contacto com um segmento da população que exerce as funções de liderança, quer a nível administrativo, quer a nível local. A priorização das actividades a serem implementadas pela organização obedece a um processo descrito pelas ONGs como sendo participativo. Segundo as ONGs, o processo é designado participativo pois conta com a presença de representantes das estruturas da comunidade (líderes locais, políticos e religiosos), pessoas pertencentes aos vários segmentos da população, incluindo os grupos de pessoas menos favorecidas da comunidade (mulheres idosas, anciãos), e uso de instrumentos de pesquisa rural participativa, considerados apropriados para assegurar a inclusão, participação e interactividade em todo o processo.⁴⁶

Neste processo existe, portanto, um certo nível de negociação entre as organizações implementadoras, e as estruturas locais, e aceitação das mesmas, das actividades a serem desenvolvidas, considerando-as relevantes para o seu contexto.

6.3.1 O caso do projecto de águas da Concern

A CONCERN trabalha no distrito de Machaze desde 1987 tendo implementado vários projectos, desde direccionados para apoio de emergência, a projectos de desenvolvimento a longo prazo nas áreas de educação, meios de vida sustentável, planificação e finanças descentralizadas, e água⁴⁷. No caso específico do projecto de água, a Concern realizou encontros com as comunidades de 5 zonas pré-definidas com base nos resultados de uma pesquisa de viabilidade realizada para determinar as melhores localizações para os furos de

⁴⁶ Gestor de projectos da CONCERN

⁴⁷ Nyararai Magudu, Coordenador de área de Manica, CONCERN 2007-2009

água. Estas zonas estavam classificadas de acordo com o grau de severidade da crise de água no distrito⁴⁸.

A selecção de áreas de implementação foi orientada por um estudo de viabilidade realizado pela CONCERN. O processo, contou com o apoio e liderança da administração do distrito e líderes locais, que se responsabilizaram pela convocação das populações para participarem nos encontros com a ONG. O objectivo destes encontros era de colher as sensibilidades das populações sobre a relevância da localização dos furos de água onde o estudo sugerira. Contudo, apesar de este processo ter sido orientado para responder às necessidades das pessoas mais vulneráveis, foi na realidade direccionado para responder às necessidades das pessoas que participaram activamente no processo.

De acordo com os entrevistados, o produto final desse processo, sofreu algum enviesamento por um factor importante; ao chegar ao distrito, a ONG já tinha um enfoque específico sob o qual investir os seus recursos: água. Este enfoque foi, por sua vez, determinado pelas imposições que acompanham o financiamento oferecido pelo doador.

Segundo os entrevistados, este é um factor que muitas vezes é superior à vontade da organização, pois é orientado a níveis mais altos, com os meios financeiros a serem colocados à disposição pelos doadores, já com áreas de implementação definidas.

Para minimizar esta situação, a ONG procura envolver a comunidade na selecção da localização das bombas de água, de forma participativa. No caso específico do projecto de água da Concern, colhendo as suas contribuições na escolha da localização das bombas de água.

Entretanto, segundo as populações que participam no processo, esta participação não serve tanto para a priorização da localização, mas apenas para a legitimação das escolhas efectuadas pela organização e pelos indivíduos que pertencem a estruturas reguladoras da comunidade, que participam activamente de todo o processo. Assim, apesar de este processo ser orientado para responder às necessidades das pessoas mais vulneráveis, é na realidade

⁴⁸ Paula Connolly; Representante da CONCERN Worldwide em Moçambique, 2009

desviado para responder às necessidades das pessoas ligadas ao governo local e estruturas governativas locais, que participam activamente e monopolizam o processo de decisão.

As populações participantes no processo demonstram este facto, nos seguintes termos:

“Nós fomos chamados pelos chefes a dizerem que concerna (CONCERN) chegou para falar connosco sobre por fontes de água aqui no posto. Mas para nós, a água não devia ser posta onde eles dizem, devia de ser posta lá perto de onde vivemos porque já somos velhos para andar muito a procura de água, e não seria longe para nós. Só que ei....aqui não vale a pena nós falarmos, porque aquilo que os chefes dizem é aquilo mesmo. Nós só estamos aqui para o branco ver” (Homem de 45 anos residente na localidade de Bassane, PA de Chitobe)

A representante da CONCERN em Moçambique reconhece este facto afirmando

“O problema surge quando tentamos priorizar a localização das fontes de água, por exemplo. Aí, prevalece a opinião das pessoas influentes que participam activamente no processo. Apesar de existir o estudo que determinou e priorizou as zonas favoráveis para instalação de fontes de água, este factor não foi suficiente para colocarmos lá as fontes. No caso específico deste projecto, o local escolhido pelos participantes nos grupos de discussão, não era primeiro na lista de recomendação da pesquisa. Era o quarto. Mas porque favorecia a certos indivíduos, estando próximo das suas machambas e residências, fomos pressionados a colocar lá. Por sorte era um local identificado pela pesquisa, apesar de não ser prioritário.”. (Representante da Concern em Moçambique)⁴⁹.

Neste caso específico, a organização pretendia que a população visada priorizasse a localização das fontes de água, segundo as suas reais necessidades. Entretanto, a decisão foi tomada por uma minoria que lidera a comunidade, fazendo com que o projecto não fosse implementado de forma a beneficiar as pessoas menos favorecidas, como era o seu objectivo principal. Neste caso específico, nota-se que o processo de selecção e priorização, obedeceu a uma dinâmica interna independente da vontade do implementador. A hierarquia e as relações previamente estabelecidas, intrínsecas à comunidade, ditaram no final do processo, a localização das bombas de água, direccionando o impacto para um lado não pretendido, quer pelo implementador, quer pelos beneficiários pretendidos.

⁴⁹ Representante da CWW em Moçambique, 2009

6.3.2 O caso da Handicap Internacional – Projecto de desminagem e de fortalecimento institucional para apoio a Crianças Órfãs e Vulneráveis.

A Handicap Internacional iniciou com as suas actividades em Moçambique em 1986, implementando diferentes projectos nos campos da Prevenção da Deficiência, Reabilitação Física, Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiências, Inclusão Socioeconómica e o Desenvolvimento das Capacidades da Sociedade Civil. Em 2002, iniciou a sua contribuição no campo de resposta nacional ao VIH/SIDA, a nível das províncias de Manica no âmbito de mitigação dos efeitos da epidemia nas Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs).

A alta prevalência do VIH, o número elevado de crianças órfãs e em situação de vulnerabilidade falta de informação e de acesso a serviços básicos, e pobreza causada pela seca persistente, foram alguns dos factores que levaram a que a Handicap se estabelecesse no distrito de Machaze e implementasse o referido projecto.

Devido à necessidade de assegurar a sustentabilidade do projecto, a Handicap optou por introduzir uma abordagem diferente na implementação do projecto: em vez de proporcionar apoio directo à criança em situação difícil, optou pela criação e fortalecimento de estruturas locais para o apoio às crianças desfavorecidas, através do seu fortalecimento económico e em termos de associativismo.

Para determinar quem iria participar neste projecto, a Handicap, reuniu as populações nas localidades onde pretendiam implementar o projecto (Chitobe e Bassane). Os encontros, convocados pelos líderes locais, contaram com a presença de pessoas de todos os segmentos da população. Contudo, a presença destas pessoas não necessariamente significou a sua participação. As pessoas que tiveram uma participação activa, poucas vezes foram as pessoas potenciais beneficiárias do projecto, e sim pessoas que ocupavam uma posição alta na hierarquia local, cuja palavra era muito respeitada pelas populações: líderes religiosos, e régulos.

Foi considerado este segmento da população como sendo legítimo representante das necessidades das pessoas mais desfavorecidas.

Aqui funciona o conceito de “intermediários” na ligação entre as intenções da ONG e as necessidades dos mais desfavorecidos assim como entre os mais desfavorecidos e a ONG. No final a apresentação à população serve apenas para legitimar este processo. O projecto pressupunha que, o empoderamento destas pessoas iria permitir que prestassem o apoio necessário às pessoas desfavorecidas, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida.

As palavras de um dos entrevistados reflectem este objectivo nos seguintes termos:

“O objectivo final era de assegurar que estas estruturas fortalecidas, pudessem apoiar os segmentos da população sem condições de prover as necessidades básicas mínimas das suas crianças, bem como facilitar o acesso destes segmentos, a outros apoios trazidos ao distrito por outras instituições”. (Gestor de projectos da Handicap).

Contudo, esta abordagem é contestada sendo o argumento usado que, permite a participação e não a inclusão das pessoas desfavorecidas. Um jovem de Bassane reflecte este fenómeno afirmando:

“Esta abordagem permite a participação de “pessoas influentes da comunidade que podem representar os interesses dos menos favorecidos”, e não a inclusão de pessoas menos favorecidas como idosos, crianças a viverem com idosos, doentes crónicos, que são na realidade, muitos dos beneficiários pretendidos dos projectos, especialmente os de apoio directo” (Jovem do sexo masculino, de 23 anos residente em Bassane)

“Nós fazemos questão de assegurar que as pessoas que participam no projecto sejam pessoas idóneas, respeitadas na comunidade, que estejam a fazer algo pela comunidade, e que tenham capacidade para implementar este tipo de actividades.” (Gestor de projectos Handicap.)

Segundo estas declarações, são considerados como tendo voz activa membros da comunidade com algum poder, e com alguma facilidade em ter acesso aos recursos já existentes. As pessoas descritas como sendo mais vulneráveis, ex. Mulheres idosas, viúvas, ou crianças chefes de família não fazem parte destes processos.

7. Impacto das intervenções sobre os beneficiários

7.1 Percepção do impacto pelas comunidades

Em conversa com os entrevistados, depreendemos que os projectos que têm sido implementados têm algum impacto sobre as comunidades abrangidas, tendo a maioria declarado que, de uma forma ou de outra têm sido beneficiados pelos projectos (quer de emergência quer de desenvolvimento a longo prazo) embora em diferentes níveis. A percepção da magnitude desse impacto varia também, entre os beneficiários, implementadores e estruturas locais. Assim, neste subcapítulo, apresentam-se duas visões sobre a percepção do impacto: a primeira, em relação aos objectivos originais dos projectos, apresentada pelos implementadores e pelas estruturas locais, e a segunda, em relação às expectativas dos próprios beneficiários.

7.2 Percepção do impacto por parte das organizações implementadoras.

De forma geral, os projectos visam empoderar as comunidades para que sejam capazes de obter formas de auto sustento e apoiar as pessoas na comunidade que não estão em condições de se auto-sustentarem, bem como assegurar o acesso a serviços básicos (como água, educação, alimentação entre outros).

Em relação ao empoderamento das comunidades, os projectos são considerados como tendo um efeito desejado, pois as comunidades já se conseguem mobilizar para criar soluções para as carências que enfrentam e especialmente apoiar as famílias que têm órfãos ao seu cuidado.

Não se alcançou ainda o estágio ideal, mas já se verificam melhorias. Portanto, pode-se considerar que os projectos implementados estão a surtir os efeitos desejados, e os documentos de avaliação demonstram-no.

Quanto ao acesso a serviços básicos, com a implementação dos projectos, o Número de Crianças órfãs com acesso à educação, alimentação tende a aumentar⁵⁰. As fontes de água têm minimizado as dificuldades das populações.

⁵⁰ Avaliação do projecto da Handicap, fase I

Os oficiais entrevistados nas duas organizações, consideram que as intervenções estão a atingir os impactos desejados, expressando-se nos seguintes termos:

*“As comunidades já são capazes de se organizar e tomarem as rédeas das suas próprias vidas” .(Gestor **Handicap**)*

*“Aquele que antes não tinham acesso à água potável, ou tinham que se deslocar a longas distâncias para tal, já não têm de fazê-lo”. (Oficial de **Programas CONCERN**)*

7.3 Impacto percebido em relação às expectativas das comunidades

Quanto à percepção do impacto pelas comunidades, foram colhidas opiniões diferentes das colhidas junto das ONGs. De um modo geral, os projectos são considerados como sendo relevantes, apenas devendo melhorar na forma como se direccionam e seleccionam os seus beneficiários. Nos casos específicos dos dois projectos em estudo, os membros da comunidade entrevistados afirmaram ser relevantes, embora se tenham lamentado do facto de na realidade, nem todos se beneficiarem como deviam.

O principal argumento cinge-se ao facto de no período de implementação apenas as pessoas próximas, ou com algum tipo de relacionamento com os membros da elite local anteriormente mencionada (líderes políticos, religiosos e régulos), terem acesso ao projecto.

Por parte das organizações, ao apresentarem o projecto às populações deixam claro quem são os potenciais beneficiários, chegando a efectuar um levantamento dos nomes das famílias e indivíduos a receberem a ajuda. Foi este o caso do projecto da Handicap, que seleccionou as pessoas a fazerem parte das estruturas locais de apoio à criança, assim como participou no levantamento dos beneficiários da comunidade. Contudo, o resultado não foi o esperado, pois as estruturas não obedeceram a estas listas do levantamento feito com a organização. A conclusão a que se chega é de que há que se repensar as lógicas locais das hierarquias internas dos beneficiários, no desenho e implementação das intervenções.

As organizações reconhecem este facto, e trabalham no sentido de mitigar os seus impactos negativos nos projectos. Segundo a Handicap, este é um factor comum em muitos locais de implementação dos projectos.

Uma vez que as pessoas que são seleccionadas para tomarem um papel activo na implementação do projecto encontram-se também em situação de necessidade, acabam tentando tirar vantagem da sua posição para proveito próprio. Este facto acaba por provocar um clima de descontentamento entre os potenciais beneficiários, que perdem confiança tanto nas organizações como nas estruturas de liderança. Por incluir nas estruturas que apoia apenas pessoas idóneas e importantes na comunidade, que tenham feito algo para beneficiar a sua comunidade, o projecto da Handicap exclui logo à partida, a participação de pessoas menos favorecidas na sua implementação. Surge aqui a ideia de que os projectos servem apenas para apoiar as elites e não aos pobres. Entretanto, pessoas mais influentes têm uma opinião diferente da ajuda no geral, pois são beneficiários do projecto.

Estas ideias são fundamentadas por palavras de beneficiários entrevistados, como se segue:

“Os projectos são bons, e vêm para ajudar a nós os pobres. Quando estas pessoas dos projectos vêm para aqui, eles nos contam a todos para receber o que eles querem nos dar para ajudar. Mas o problema é que quando eles vão embora, os que são responsáveis aqui ficam a se escolher entre eles. Se não és do partido, ou se não rezas com aquele pastor, oh-ohoooo, não vais apanhar nada.” (Mulher idosa, cerca de 55 anos, Bassane)

“Os projectos têm estado a ajudar as pessoas, porque sem eles as pessoas não tinham mesmo nada. Mas o problema é que às vezes, essas pessoas só comem entre eles. Aqui, para comeres também, tens que ser alguém e conhecer pessoas, se não conheces pessoas não és ninguém e até e podes morrer de fome.” (Jovem rapaz, 21 anos, Bassane)

“Por vezes acontece, como em qualquer outro lugar, de haver algum oportunismo por parte das pessoas envolvidas no projecto. E por isso, é importante que uma organização esteja baseada no local, e não apenas tenha pessoas que visitam o projecto e os beneficiários de vez em quando. Quando é assim, não conseguem acompanhar o que acontece na realidade no terreno. Quando vêm visitar avisam, e as pessoas responsáveis vão chamar aqueles que falam bem, e que irão dizer aquilo que o pessoal do projecto espera ouvir, e nunca se fica a saber da verdade. Até que um dia as pessoas ficam mesmo muito descontentes e acabam por dizer a verdade.” (Gestor de projecto, Handicap, residente em Maputo com deslocações periódicas ao distrito).

“Nós vemos estas pessoas a aparecerem aqui, às vezes vêm nos contar, parece que vamos receber alguma coisa. Mas nada. Está a ver, agora vou comer estes cogumelos que aquelas crianças trouxeram para mim. Se estão aqui para ajudar os pobres, porque não me ajudam? Ou sou pobre demais que nem vale a pena me ajudarem porque nunca vou deixar de ser pobre? Então preferem ajudar aqueles que já têm alguma coisa, que não vai custar para deixarem de ser pobres.” (Mulher idosa, vivendo sozinha, em Bassane. Mãe de 4 filhas e 2 filhos. As mulheres casaram-se e forma viver em outros locais da província. Os homens partiram para Mussorize e para o Zimbabwe a procura de trabalho)

“Esses projectos são bons porque nos ajudam muito. Na época das cheias quando não tínhamos mesmo nada de nada, a pobreza era maningue aqui, vieram nos deram comida, sementes e até roupa para os nossos filhos. Eles costumavam faltar a escola por causa de fome, mas depois disso, já deixaram de faltar. Meus filhos receberam roupa e deixaram de ir para escola com roupa rasgada”. (Professora EPI Bassane, proveniente de Mussorize)

“É importante perceber que os líderes são humanos e tem as suas necessidades e que é importante manter a hierarquia através das desigualdades no terreno. Não podem ter todos a mesma coisa, senão quem é chefe e quem não é?” (Oficial de programas, Concern, uma ONG baseada em Chimoio, com residência parcial no distrito)

Importante reter aqui que, a percepção do impacto como sendo positivo, é tida por pessoas com certa influência na comunidade, e referindo-se ao apoio directo prestado em épocas específicas, embora de curta duração (comida pelo trabalho, durante a época de emergência, distribuição de sementes, roupas, etc.), mas que resolveram um problema imediato deixando-os por alguns momentos aliviados. As pessoas menos favorecidas reconhecem que os projectos possam ter impactos positivos em outras pessoas que são abrangidas, e não em si, que são sempre excluídas por serem pobres. Os entrevistados consideram que os projectos implementados, são apenas soluções temporárias. É alguém ir dar uma pequena ajuda para minimizar as suas dificuldades, e não melhorar, de forma sustentável, as suas vidas. As comunidades abrangidas consideram que a ajuda seria mais eficaz se esta respondesse directamente as suas necessidades, e não as percepções das necessidades, por parte de quem as implementa.

8. Conclusões

No presente estudo, procurou-se efectuar uma análise sobre processos e impactos de intervenções de ajuda externa para o desenvolvimento, no âmbito da redução da pobreza em Moçambique. Este trabalho foi realizado através de estudos de caso no distrito Machaze, na Província de Manica.

Como ponto de orientação na realização deste trabalho, tivemos a seguinte questão: que processos informam a implementação desses projectos e que impactos têm trazido?

Ao longo das discussões procurou-se ter em conta percepções de três partes envolvidas: os implementadores do processo de ajuda, os intermediários do processo, e os beneficiários pretendidos do mesmo, de modo a se aceder às dinâmicas reais e dinâmicas percebidas ao longo do processo, bem como os impactos reais e impactos percebidos por cada um das partes.

De modo geral, os resultados do estudo permitem concluir que, embora haja um esforço das organizações governamentais e não-governamentais para contribuírem para a erradicação da pobreza e melhoria das condições de vida das populações mais pobres, consideradas mais vulneráveis de acordo com critérios pré-estabelecidos, existem factores que condicionam este processo, fazendo com que os resultados pretendidos não sejam alcançados na totalidade. Tais factores relacionam-se com a forma como os projectos são implementados, e não necessariamente com a ajuda em si. Em primeiro lugar, as organizações não-governamentais, não conseguem muitas vezes aceder directamente aos beneficiários pretendidos, tendo uma gama de intermediários que se colocam entre as duas classes, beneficiários e ONGs, pois, ao entrarem nas comunidades as organizações trabalham com grupos/indivíduos que desempenham esse papel (de intermediários), entre estas (ONGs) e a maioria dos beneficiários pretendidos. Em segundo lugar, os processos de priorização das actividades a serem desenvolvidas para beneficiarem os mais vulneráveis, não permitem que sejam escolhidas prioridades que correspondem aos verdadeiros anseios destes, pois são definidos por esta classe intermediária que coloca em primeiro lugar as suas próprias necessidades. As prioridades e as necessidades são também influenciadas por uma agenda pré estabelecida da ONG, que já vem com fundos direccionados pelos doadores, para uma área específica (água, educação, COV, etc.). E em terceiro lugar, a selecção de beneficiários está também dependente desta classe intermediária, que condiciona a selecção, a qualquer tipo de ligação

que possam ter com os beneficiários, não permitindo que as ajudas cheguem aos beneficiários pretendidos, ou que as ajudas e infra-estruturas alocadas tenham o impacto que poderiam ter, se implementadas e direccionadas de forma pretendida.

O presente estudo conclui que é importante reconhecer que as comunidades que se pretende apoiar não são estáticas, e possuem dinâmicas económicas e sociais que constituem a base da sua existência, que dão forma aos tipos de relacionamentos que se constroem em face de acesso a qualquer tipo de benefício. É importante acima de tudo que se conheçam as dinâmicas e relacionamentos que existem no terreno, entre os líderes e as populações no geral, não assumindo que os líderes representam incondicionalmente os interesses das pessoas desfavorecidas, e não ignorando a existência de hierarquias sociais no terreno. Os implementadores dos programas de desenvolvimento, por serem pessoas externas a realidade local, muitas vezes desconhecem ou não tomam em consideração estas dinâmicas.

Para colmatar esta situação é importante que as organizações mudem as estratégias por si usadas em todos os momentos do processo, ou seja, durante a planificação -com a priorização das actividades e selecção dos beneficiários-, e na fase de implementação: Uma presença constante no terreno, para o estabelecer relações mais profundas com as dinâmicas locais poderia ser uma estratégia válida; participação das lideranças locais, estruturas governativas formais e informais apenas a título de acompanhamento e legitimação, e não a título de decisão, podem contribuir para que a que a priorização das intervenções, bem como a selecção de beneficiários que preencham os critérios de vulnerabilidade pré-estabelecidos sejam efectuados de forma eficaz.

Contudo, os sistemas já implantados podem ser intransponíveis mesmo com a adopção destas medidas. Assim, tendo em conta este factor, e considerando que os verdadeiros beneficiários não são alcançados, surge a questão: será pertinente a continuação implementação de projectos de apoio ao desenvolvimento geográfica e temporalmente limitados, e nos moldes actuais?

Em face das conclusões apresentadas no presente trabalho, considera-se que, de forma a assegurar sustentabilidade das acções e alcance dos beneficiários pretendidos, a melhor estratégia, oposta aos projectos, seria investir em programas de longo prazo, implementados pelo governo, ou seja, fortalecimento dos sistemas existentes que visam prestar apoio às

peças necessitadas. Esta parece ser a tendência actual do governo e alguns doadores bilaterais, que apostam no desenvolvimento de programas de saúde, Educação e protecção social, bem como um sistema de Acção Social robusto. Estes mais facilmente iriam atingir a todas as classes de cidadãos, e dificilmente seriam captados por elites.

Tendo em conta o historial do governo na implementação das políticas sectoriais, perceber até que ponto as estruturas existentes do governo, permitiriam a implementação de tais sistemas e programas, seria um ponto relevante para estudos posteriores.

9. Referências bibliográficas

Bockel, Natalie: 2004. *Final evaluation of Concern District Planning Program Machaze District, Manica Province*: Concern Worldwide Mozambique; Maputo.

Castelo-Branco, Carlos Nuno: 2007. *Alternativas Africanas ao Desenvolvimento e ao Impacto da Globalização. Notas Críticas Soltas*. “in”: CEA UEM. 1º Encontro Académico Espanha-Moçambique sob o lema “Estudos Africanos: Perspectivas Actuais”: Maputo: p:1-9.

Cornwall, Andrea: 2007. ‘*Buzzwords and Fuzz words: Deconstructing development Discourse*’; *Development in Practice*, 17:4-5,471-484; GB. Routledge Publishing.

Crewe Emma, Harrison Elizabeth: 1998. *Whose development: an Ethnography of Aid*. Zed Press; London.

De Oliveira, Gilson Batista: 2002. *Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*. Rev. FAE, v.5, n.2, p.37-48, Maio/Ago. Curitiba.

Escobar, Arturo: 1992. *Imagining a Post-Development Era? Critical Thought, Development and Social Movements: Third World and Post-Colonial Issues*, Duke University Press, Social Text, No. 31/32, 20-56.

Ferguson, James: 1999. *The Anti-politics Machine: “Development”, Depolarization, an Bureaucratic Power in Lesotho*. Cambridge University Press; Cambridge.

Giri Ananta Kumar, Van Ufford PQ: 2004. *A moral critique of development: Ethics, Aesthetics and Responsibility*. Aalborg.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF): 2011. *Pobreza Infantil e Disparidades em Moçambique*. Maputo.

G20: 2005. Relatório anual de Pobreza. Moçambique (RAP). Secretariado Executivo do G20. Maputo.

Hanlon Joe, Smart Teresa: 2008. ‘*Do Bicycles equal development in Mozambique?*’. Boydell & Brewer Ltd;Woodbridge:UK.

Instituto Nacional de Estatística: 2008. *Inquérito sobre Indicadores Múltiplos: Relatório final*. Governo de Moçambique. Maputo.

Mathews, Sally: 2004. *Post Development theory and the question of alternatives: A view from Africa*. Third Word Quaterly,25:2,373-384.

Ministério da Administração Estatal: 2005. *Perfil do Distrito de Machaze*. Maputo.

Ministério da Mulher e da Acção Social: 2009. *Estratégia Nacional de Protecção Social Básica 2009-2014*. Maputo.

Ministério da Saúde: 2009. *Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA)*. Maputo.

Ministério da Saúde: 2010. *Plano Estratégico da Saúde 2012-2015*. Maputo.

Ministério da Planificação e Desenvolvimento: 2010. *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional*. Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas. Maputo.

Ministério do Plano e Finanças: 2004. *‘Síntese da II sessão plenária do Observatório da Pobreza’*. Direcção Nacional do Plano e Orçamento. Secretariado Técnico do Observatório da Pobreza. Maputo.

Moore, Donald: 2000. *‘The crucible of cultural politics: reworking “development” in Zimbabwe’s eastern Highlands’*. *American Ethnologist* 26 (3):654-689. American Anthropology Association.

Nipassa, Orlando: 2009. *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica*. Maputo, Disponível on-line em:
http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP36_2009_Nipassa.pdf.

Roos, Loes: 2006. *Final evaluation of Concern Worldwide livelihoods project, in Machaze*. CONCERN Worldwide. Maputo.

Sen, Amartya: 1999. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.

UNDP:2010. *Human Development Report*; Macmillan: New York

Wilson, Fiona: 2004. *From humanitarianism to good governance: Reflection on a Danish-Ethiopian Model*. Danish Institute for International studies; Oslo.